

PEQUENOS BOLSOS

Projetos incentivam

cuidado com contas

Mesmo sem a obrigatoriedade, escolas e outras instituições desenvolvem suas formas de ensinar a crianças e adolescentes a importância de poupar o dinheiro

» RAPHAEL PATI

Enquanto não há regulamentação da educação financeira como matéria transversal nas escolas, projetos desenvolvidos fora das instituições de ensino ganharam espaço nas salas de aula. Um dos exemplos de iniciativa voltada para o tema e que rende frutos em diversos estados é o projeto Forme, idealizado pelo CEO Bruno Lewis, além dos diretores Filipe Augusto e Jacques Kondi Hamadani. O objetivo é transmitir materiais e formar professores nas escolas para desenvolver um senso sobre como funciona o mundo das finanças e sobre a importância de poupar desde cedo.

Kondi explica que a ideia nasceu durante a pandemia de covid-19. “Muitas pessoas tinham seus empregos, suas vidas seguindo normalmente e, quando chegou a pandemia, tudo mudou, e pessoas que trabalhavam durante 40 anos, 50 anos com uma certa estabilidade, de repente, não tinham uma reserva e não podiam trabalhar”, disse o representante da empresa, que nasceu em São Paulo e, hoje, está presente em cerca de 350 escolas, com 25 mil alunos em todo o país.

Os materiais didáticos são impressos e repassados para alunos e professores, que também contam com uma plataforma on-line para fazer as capacitações.

Uma das maiores dificuldades de projetos como o Forme, no

Arquivo pessoal



No Colégio Leonardo da Vinci, alunos do 6º ao 9º ano aprendem a ter consciência sobre as finanças

entendo, é explicar para as escolas a importância de se propiciar um ensino sobre educação financeira.

Segundo Kondi, a divulgação é feita, por muitas vezes, no boca a boca presencial, ou por meio de influenciadores, que ajudam a levar a iniciativa para periferias e instituições que não têm muito acesso a conteúdos de qualidade.

“A gente tem um ouvido muito

atento às necessidades das escolas, e a gente gosta de ajudá-las, para que cresçam junto com a gente. Não adianta a gente vender para a escola e achar que ela vai quebrar ou vai se manter em uma situação muito irregular”, destaca o diretor de marketing do projeto.

O ensino privado também possui modelos que podem ser replicados e aprimorados para as

escolas públicas, considerando o nível socioeducacional e a realidade de cada local. No Colégio Leonardo da Vinci, na Asa Norte, a educação financeira foi inserida, de fato, como uma matéria transversal dentro do curso de matemática depois da pandemia, para os estudantes do 6º ao 9º ano.

A coordenadora do projeto é a professora Vanessa Lins, que orienta os estudantes em cada fase da educação financeira, a começar pelo 6º ano, quando os alunos participam de um projeto temático sobre a Black Friday. São aulas que têm o objetivo de ensinar o real valor dos presentes e dos desejos, e o quanto a família teria que economizar no mês para tornar aquele sonho real.

“Então, eles (alunos) saem se achando os ‘bam-bam-bans’ dos preços, e as famílias reagem muitíssimo bem a isso, porque aí começa uma conscientização se realmente existe necessidade de trocar certo objeto ou de adquirir um outro objeto. Muitas vezes, eles chegam à conclusão de que não vale a pena, de que vale a pena guardar o dinheiro”, comenta a professora.

Além dos conteúdos em sala de aula, a escola também conta com dois momentos voltados para a aplicação desses conhecimentos no ano: a semana da matemática, no primeiro semestre, e a semana da educação financeira, no segundo. “Trabalhar com adolescentes é desafiador, porque quando a gente fala de futuro, é uma coisa que não é palpável. A gente tem que estar o tempo inteiro mobilizando, fazendo todo um trabalho de sensibilização”, destaca Lins.

Anos iniciais

Já no Colégio Sigma, a diretora da unidade da Asa Sul, Thaynara Paiva, explica que a escola já estuda inserir o tema na educação infantil e nos anos iniciais, para que a educação financeira possa ir além do material didático.

“É nessa fase que as crianças começam a desenvolver noções de escolha, espera, troca, organização e compreensão de necessidades e desejos. Ao longo da escolaridade, essas aprendizagens podem se tornar progressivamente mais complexas. O dinheiro deve ser compreendido como uma ferramenta e como uma consequência de escolhas, planejamento e trabalho — e não como um problema que determina a vida das pessoas”, explica Paiva.

A riqueza, dizem os economistas, não se mede apenas pelo tanto que se possui, mas, principalmente, pela capacidade que a pessoa tem de planejar e fazer com que o dinheiro possa retornar e ser investido. No Brasil, onde a maior parte das famílias convive com endividamento, o conhecimento é um tesouro.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O Brasil tem lado

Numa das campanhas eleitorais mais rasas em propostas visando o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, em que parte da imprensa prefere destacar questões identitárias em vez de assuntos que dialoguem com as urgências do país ao sabatinar os candidatos, o chamado interesse nacional foi deletado do palco principal.

Entende-se por que cada vez mais as discussões de fôlego se dão no ambiente caótico das redes sociais, enquanto a imprensa perde relevância e muitos se travestem de animadores em busca de “likes” para monetizar audiências instagramáveis. Só não se trata de caso perdido porque alguns presidenciaíveis não estão tão perdidos quanto os que deveriam ajudar o eleitor a entender suas propostas.

Em círculos menos sujeitos a debates estéreis, organizam ideias e buscam entender o que os espera depois das eleições. Já sabem que nada será fácil e que o artifício das tais narrativas criadas por marketeiros pouca utilidade terá para distrair eleitores cansados de demagogias e das promessas grandiosas que nunca se cumprem.

O mundo entrou numa disputa que definirá quem terá, nas próximas décadas, poder, prosperidade e liberdade de decisão. Deixou-se de competir apenas por mercados. A nova ordem batalha pelo domínio das tecnologias, da energia, das finanças, cadeias produtivas, alimentos, minerais e da infraestrutura digital que organizarão a vida das sociedades neste século. O que os candidatos têm a dizer?

A China avançou porque investiu persistentemente, transformando escala produtiva em conhecimento e depois em aptidão para pleitear a liderança mundial. A prioridade não era consumir, mas produzir.

Os EUA perceberam a tempo que sofriam uma perda grave: não só de indústrias, mas de fornecedores estratégicos, competências intelectuais e segurança econômica. Governos com vieses políticos distintos unificaram-se desde 2016 pela mobilização de subsídios agressivos, crédito facilitado, garantias estatais, proteção de mercados, compras públicas direcionadas e fundos para pesquisa.

Resgataram, com nova roupagem, os mesmos instrumentos utilizados no pós-guerra para construir sua hegemonia e prosperidade. A China adaptou este mesmo mapa. E nós, que começamos antes dela, já nos idos de 1950, perdemos-nos pelo caminho e nunca mais o encontramos.

Escolhas cruciais à frente

A Europa também começou a reagir à expansão dos manufatureiros da China, que ameaça a sobrevivência de seu outrora opulento parque automotivo, e à contrarreação dos EUA. O bloco busca conciliar os pilares da democracia, da proteção social, da transição ecológica e da competitividade global. Mas esbarra no custo alto da energia, na fragmentação política e na crônica dificuldade de converter sua imensa poupança interna em investimento puramente produtivo.

O fato é que as grandes potências globais se esforçam para manter um naco da fabricação do amanhã. Isso exige escolhas cruciais dos países de economia emergente, como o nosso, antes que o choque entre as potências nos faça regredir ao subdesenvolvimento.

Ou continuamos como exportadores de commodities, permitindo que nações estrangeiras abasteçam suas indústrias, desenvolvam suas tecnologias e nos revendam bens acabados de alto valor agregado, ou mobilizamos nossa riqueza (recursos naturais abundantes, moeda soberana, energia limpa, mercado interno pujante) para construir a nossa autonomia nacional. O que os candidatos têm a dizer?

Ajudemos com a resposta. Poderiam começar dizendo: “O Brasil tem lado. É o lado do nosso próprio futuro”.

Nem cartórios nem favores

O que significa o país ter lado? Começa por se recusar a escolher entre ser apêndice geopolítico de Washington ou mercado cativo de Pequim. Ou seja: dialogar e firmar parcerias com ambos, estendendo laços à Europa, Japão, Coreia do Sul, Índia, a todos que tratem os nossos interesses com reciprocidade.

Mas com uma diretriz

Tratados, aportes financeiros e alianças econômicas passarão pelo crivo da capacidade produtiva e tecnológica que forem capazes de adicionar valor ao produto nacional. O critério de avaliação: parcerias que aportem engenharia de ponta, centros de pesquisa, abertura ou ampliação de cadeias locais de suprimento, que gerem presença internacional e empregos qualificados.

Almejamos integrar as cadeias globais de valor, sem abdicar do controle estratégico sobre o que for vital para a segurança nacional e o nosso desenvolvimento sustentável.

Esta é a essência do Nacionalismo Civilizatório, expressão de uma síntese dos propósitos que movem um país. Há tempos não temos uma missão unificadora acima de ideologias, se é que chegamos a ter.

A ideia não se confunde com o nacionalismo insular e anacrônico, que fecha fronteiras por temor à concorrência global. Tampouco se assemelha ao nacionalismo cartorial, focado em blindar privilégios corporativistas, distribuir favores políticos e perpetuar negócios ineficientes. Trata-se de nacionalismo soberano, aberto ao mundo, democrático, produtivo e radicalmente inclusivo.

Compromissos que importam

Falamos em civilizatório porque esse conceito avalia o progresso não pelo volume do PIB, mas pela qualidade da tessitura social que erguemos: excelência na educação, saúde universal, segurança pública, moradia digna, liberdade individual, equidade de oportunidades e obediência às instituições democráticas.

Nacional porque compreende que não desfruta de liberdade plena quem depende do exterior para o suprimento de energia, alimentos, medicamentos essenciais, redes digitais e insumos tecnológicos.

Inclusivo porque o crescimento econômico só adquire legitimidade quando eleva as condições de vida da população e faz com que os ganhos reais de produtividade cheguem indistintamente a todos.

Produtivo porque rejeita a ilusão da riqueza apenas financeira em detrimento da riqueza real, fruto de atividades que constroem.

Temos um arranjo financeiro sofisticado e expressiva capacidade de poupança potencial, ancorada em bancos robustos, gestoras de recursos, fundos de pensão, seguradoras e um mercado de capitais estruturado. Mas parcela desproporcional desses ativos permanece ancorada em operações de curtíssimo prazo, na mera aquisição de patrimônios preexistentes e em estratégias de proteção rentista.

Está aí o conjunto que lapida uma candidatura em torno de anseios reais, expressos pelo Nacionalismo Civilizatório, ou seja lá que nome se queira dar, desde que o capital volte a edificar o país.

Ah! E se comprometa a exterminar o mundo de custos supérfluos que oneram o empreendedor, como IOF no crédito, taxas com o único fim de bancar estruturas estatais (vistoria predial etc.), ônus de cartórios (aliás, para que ainda existem? Para prover o orçamento dos tribunais estaduais?) e tantos outros.

Mais pé no chão e menos abstração, em suma. O que os candidatos têm a dizer?

ADEMI

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 09/08/2026

ADEMI DF fortalece diálogo institucional com Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) e o Sindicato da Indústria da Construção do Distrito Federal (Sinduscon-DF) realizaram uma reunião conjunta para abrir diálogo com o novo titular da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF, Guilherme Nery, e sua equipe.

Realizado na sede do sindicato, o encontro reforçou o compromisso de atuação conjunta das entidades nas pautas estratégicas para o desenvolvimento do setor da construção e mercado imobiliário, tendo como foco a expansão ordenada do Distrito Federal e o provimento de moradia e infraestrutura, fatores estratégicos para o crescimento econômico e a inclusão social.

Durante a reunião, foram debatidos temas de interesse do setor,

com destaque para a necessidade de avançar na oferta de lotes no Distrito Federal, com vistas a garantir uma expansão na oferta de habitação. Representante institucional do mercado imobiliário, a ADEMI DF apontou que a oferta de novos espaços é instrumento para que o setor possa realizar novos empreendimentos e contribuir para a redução do déficit habitacional.

A ADEMI DF colocou à disposição seu corpo técnico para contribuir na formulação de soluções que estimulem o crescimento sustentável do mercado imobiliário e o planejamento urbano da capital, medidas que trazem como efeito a geração de novos empregos formais, aumenta a distribuição de renda e melhora a qualidade de vida da população.



Foto: Divulgação | Sinduscon-DF

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf